

INDICAÇÃO Nº

Indico a Sua Excelência o Senhor Herzem Gusmão, Prefeito, e a Sua Senhoria Adriano, Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, realizar, de acordo com a Lei Municipal 707/93, o Tombamento, ao Patrimônio Histórico Municipal, do prédio denominado popularmente "Sobrado do Nestor", localizado na Rua Eduardo Dalto, nº 468, bairro Alto Maron.

A Sua Excelência o Senhor
Herzem Gusmão
A Sua Senhoria a Senhora
Adriano Gama

JUSTIFICATIVA

A Lei Municipal 707/93 institui normas sobre o Tombamento de Bens Móveis e Imóveis situados no território de Vitória da Conquista. Ainda de acordo com a legislação citada, o chefe do Poder Executivo Municipal tem a competência para realizar o tombamento de "qualquer bem de valor histórico, cultural, artístico ou paisagístico" baseado "em parecer do Conselho Municipal de Cultura".

Assim, no intuito de preservar o patrimônio histórico, como o prédio, "Sobrado do Nestor", pois é um dos mais antigos da cidade e o mais antigo do bairro Alto Maron. A partir de sua construção, ocorreu a expansão urbana naquela região, considerado, hoje, um marco simbólico, para as pessoas que ali residem. O referido imóvel está ameaçado de desaparecimento, pois a ação de vândalos assim como do tempo vem depreciando o local. Merece destaque ainda que o Sobrado do Nestor já serviu de passagem para os tropeiros que se encontravam na cidade, podendo ser usado inclusive como local de divulgação da cultura e história do tropeirismo em Vitória da Conquista.

A Constituição Federal, em seu artigo 216, §1º, trata sobre a proteção do patrimônio cultural através da modalidade de tombamento:

Art. 216 (...)

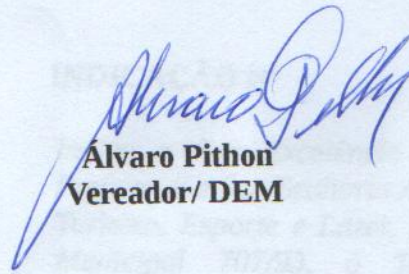
§1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, **tombamento** e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (*grifo nosso*)

O artigo 30, XI da Carta Magna vem a afirmar que compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Nesse sentido, solicitamos que o Poder Público Municipal, no intuito de preservar a memória da cidade e de um dos bairros mais importantes, realize o Tombamento do Sobrado do Nestor.

É como encaminhamos a presente Indicação.

Plenário Carmem Lúcia, 8 de junho de 2020.



Alvaro Pithon
Vereador/ DEM

A Sua Excelência a Senhora
Vereadora Carmem Lúcia
A Sua Excelência a Senhora
Aparecida Costa

JUSTIFICATIVA

A Lei Municipal 707/93 institui normas sobre o tombamento de Bens Materiais e Imateriais situados no Município de Vitória da Conquista. Após a aprovação desta legislação, o Conselho Municipal de Cultura, órgão municipal responsável pela preservação do patrimônio cultural, realizou uma pesquisa e levantou o "Sobrado do Mestre", localizado na Rua Manoel Dias nº 466, bairro Alto Maria.

Devido ao risco de perder o patrimônio histórico, cultural e artístico "Sobrado do Mestre", por estar em risco de ruína devido ao estado de conservação do imóvel, o Conselho Municipal de Cultura, órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural, realizou uma pesquisa e levantou o "Sobrado do Mestre", localizado na Rua Manoel Dias nº 466, bairro Alto Maria. Este imóvel possui características arquitetônicas e históricas que o tornam um bem de valor cultural e histórico para a cidade. A preservação deste imóvel é fundamental para a manutenção da memória e da identidade cultural da cidade.

A Constituição Federal, em seu artigo 216, III, estabelece a proteção do patrimônio cultural brasileiro, incluindo o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Art. 216, III

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (grifo nosso)

O artigo 30, XI da Constituição Federal afirma que compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico e cultural, observado a legislação e a ação do Poder Judiciário federal e estadual.

Neste sentido, esta indicação ao Poder Público Municipal, no intuito de preservar a memória da cidade e de promover o desenvolvimento turístico, solicita o tombamento do Sobrado do Mestre.